

## PRÁXIS DECOLONIAL E INTERCULTURALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ENTRE A HISTORIOGRAFIA CRÍTICA E A CIDADANIA

Angélica Perin Casagrande<sup>1</sup>  
Henri Luiz Fuchs<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência pedagógica implementado no Ensino Médio em uma instituição da rede pública. Metodologicamente, foi adotada uma abordagem qualitativa, estruturada por meio da observação participante e da sistematização de práticas pedagógicas. A ação visou fomentar a inclusão social mediante práticas fundamentadas na pedagogia crítica e na vertente decolonial, abordando as interseccionalidades de etnia e gênero no cotidiano escolar. A fundamentação teórica ancorou-se na articulação entre a prática emancipatória e o giro decolonial. A partir dos pressupostos de Freire (2004), compreendeu-se que a educação demanda uma postura dialógica e ética, na qual a autonomia dos educandos constitui o alicerce de uma ação libertadora. Tal perspectiva foi robustecida por Walsh (2009), que propõe uma interculturalidade crítica voltada à desarticulação das estruturas coloniais e por Grosfoguel (2007), que preconiza a decolonização do saber e a legitimação de epistemologias subalternizadas. Foram realizadas sequências didáticas voltadas à problematização de currículos eurocêntricos, integrando leituras de autores negros e indígenas e debates sobre gênero. O projeto culminou em uma exposição cultural que articulou história e literatura brasileira sob uma lente decolonial. A experiência revelou-se profícua ao conectar teoria ao contexto do estudante, auxiliando no combate à desinformação que corrói o ambiente democrático. A prática pautou-se no enfrentamento ao racismo e sexismo enfatizando que a liberdade reside na horizontalidade de direitos. Os resultados indicaram que a abordagem intercultural fortaleceu o pertencimento discente e catalisou reflexões sobre as estruturas de poder. Em última análise, a prática decolonial na escola pública consolidou-se como um imperativo ético, transmutando a diversidade em eixo estruturante do fazer pedagógico. Concluiu-se que tal abordagem viabiliza uma justiça social efetiva, ao garantir o local de fala e fomentar uma consciência crítica imprescindível para a efetivação da cidadania, pautada na alteridade e no compromisso inalienável com o bem comum.

**Palavras-chave:** Educação Decolonial; Interculturalidade Crítica; Inclusão Social; Escola; Currículo.

<sup>1</sup>Mestranda do Curso de Mestrado em Educação Básica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, [angelicapcasagrande@gmail.com](mailto:angelicapcasagrande@gmail.com)

<sup>2</sup>Professor orientador. Doutor em Educação, Universidade La Salle – UNILASALLE, Docente no PPG Educação Profissional do IFRS, Campus Farroupilha, [henri.fuchs@farroupilha.ifrs.edu.br](mailto:henri.fuchs@farroupilha.ifrs.edu.br)



## INTRODUÇÃO

A educação contemporânea no Brasil enfrenta o desafio premente de romper com as heranças de uma colonialidade que ainda estrutura o saber e o poder dentro das instituições de ensino. Neste cenário, a práxis decolonial na escola pública consolidou-se como um pressuposto de insurgência cognitiva, transmutando a diversidade em eixo estruturante do fazer pedagógico. Este trabalho fundamenta-se na urgência de uma práxis pedagógica que confronte currículos eurocêntricos e promova o que Walsh (2009) denomina interculturalidade crítica: um projeto político e epistêmico que visa desarticular as estruturas coloniais de dominação.

Este texto apresenta um relato de experiência pedagógica na docência no Ensino Médio de uma instituição da rede pública na Serra gaúcha. A investigação justifica-se pela necessidade de validar epistemologias historicamente subalternizadas, combatendo o racismo e o sexismo estrutural que silenciam sujeitos no cotidiano escolar. Sob a égide de Freire (2004), compreende-se que a autonomia e a dialogicidade constituem os pilares de uma educação emancipatória. Nessa perspectiva, a prática pedagógica assume um compromisso ético com o reconhecimento das subjetividades, permitindo que a diversidade cultural e os saberes dos educandos fundamentem o processo de construção do conhecimento e a efetivação de uma consciência libertadora.

O objetivo deste estudo é analisar as contribuições de uma práxis decolonial e intercultural na formação da cidadania crítica dos estudantes. Para tanto, buscou-se problematizar as narrativas históricas hegemônicas e integrar leituras de autores(as) latino americanos, negros e indígenas, articulando história e literatura sob uma lente decolonial. Metodologicamente, o trabalho adotou uma abordagem qualitativa, alicerçada na observação participante e na sistematização de práxis pedagógicas, permitindo uma imersão reflexiva sobre as sequências didáticas aplicadas e seus desdobramentos na comunidade escolar.

As discussões e resultados evidenciam que a implementação de projetos voltados à interseccionalidade de etnia e gênero fortalece o sentido de pertencimento discente e catalisa reflexões sobre as estruturas de poder vigentes. A culminância em uma exposição cultural demonstrou que a conexão entre a teoria crítica e a realidade do estudante é potencializadora para o combate à desinformação e promoção da justiça social. Em suma, este estudo conclui que a abordagem intercultural e decolonial na escola é condição essencial para assegurar



a legitimidade enunciativa dos sujeitos elemento fundamental para uma cidadania pautada no compromisso inalienável com a justiça social e o bem comum.

## **METODOLOGIA**

A presente investigação assume o caráter de pesquisa qualitativa, uma vez que se ocupa do universo de significados e atitudes que conformam a realidade social (MINAYO, 2012). Optou-se pela modalidade de relato de experiência, escolha que se justifica pela natureza do objeto, o qual demanda uma análise interpretativa e sensível das interações pedagógicas no cotidiano escolar. O cenário da pesquisa foi uma instituição da rede pública de ensino na cidade de Bento Gonçalves - RS, envolvendo estudantes do Ensino Médio durante o último semestre de 2025.

Como ferramenta de coleta de dados e inserção no contexto empírico, utilizou-se a observação participante, visto que a pesquisadora atuou na condição de professora. Essa dupla inserção permitiu uma interação direta e dialógica com os sujeitos, capturando as nuances e subjetividades do cotidiano escolar. O registro das informações foi sistematizado por meio de um diário, no qual a docente-pesquisadora anotou as reações, os diálogos e os engajamentos dos discentes frente às sequências didáticas propostas, garantindo o rigor na análise da práxis realizada.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A fundamentação teórica deste estudo parte da premissa de que a educação não é um ato neutro, mas um processo político de intervenção no mundo. Para compreender a práxis na escola pública, é imprescindível evocar a pedagogia dialógica de Paulo Freire sob a lente da formação docente crítica. A apropriação dos saberes freirianos exige que o professor se reconheça como sujeito histórico e pesquisador de sua própria prática, transformando a sala de aula em um espaço de ruptura propositiva. Conforme destaca Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazerem se acham um no outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. (Freire, 2004, p. 29)

Segundo Freire (2004), a educação autêntica é mediatizada pelo mundo e pautada na dialogicidade, onde a autonomia do educando é o alicerce para uma ação libertadora. A



autonomia só se concretiza quando a docência é exercida como um compromisso democrático, que respeita os saberes dos estudantes e utiliza a pesquisa como ferramenta de insurgência contra a reprodução de desigualdades. Assim, rompe-se com o modelo bancário para estabelecer uma relação de engajamento ético-dialógico e rigor científico, essenciais para transmutar a realidade escolar.

A emancipação proposta por Freire ganha novas camadas de complexidade quando intersectada pelo pensamento decolonial. A colonialidade, como explica Grosfoguel (2007), sobrevive ao colonialismo jurídico-político, manifestando-se na colonialidade do saber e do poder. Segundo o autor:

A colonialidade não se reduz à presença de uma administração colonial, mas é o que explica por que, apesar do fim das administrações coloniais no mundo, continuamos a viver em um sistema-mundo moderno/colonial que continua a reproduzir o racismo, o eurocentrismo e as hierarquias globais de poder e saber. (Grosfoguel, 2007, p. 13)

Para o autor, esse sistema impõe uma hierarquia que privilegia o conhecimento eurocêntrico em detrimento de outras formas de existência e pensamento. Portanto, decolonizar o currículo escolar exige a legitimação de epistemologias subalternizadas que foram historicamente apagadas do processo de construção da nacionalidade brasileira.

Nesse embate contra a colonialidade, a interculturalidade crítica emerge como estratégia pedagógica e política. Diferente do multiculturalismo liberal, que apenas tolera a diversidade sem questionar as desigualdades, a interculturalidade crítica proposta por Catherine Walsh (2009) busca a transformação estrutural. Para a autora, o foco não é apenas o reconhecimento do outro, mas a desarticulação das matrizes coloniais que mantêm o racismo e o sexismo como eixos de dominação. Walsh (2009, p. 12) reforça que esta perspectiva visa “construir e moldar um processo e projeto político, social, ético e de inventividade que parta do povo e de suas lutas”, visando a refundação das estruturas sociais. Na escola, isso se traduz em uma prática que problematiza a norma eurocêntrica e constrói espaços de insurgência intelectual, onde a diversidade é o motor da cidadania e da justiça social.

Assim, a articulação entre o compromisso ético-político freiriano e o giro decolonial permite que o docente-pesquisador atue na zona de tensão entre o currículo prescrito e a realidade vivida, transformando a sala de aula em um território de resistência e reexistência.

A intervenção pedagógica buscou tensionar as narrativas consolidadas sobre o século XIX no Brasil e na América Latina, compreendendo este período como o epicentro da construção de um projeto de nação que, embora independente politicamente, manteve as



estruturas da colonialidade. Para tanto, as sequências didáticas foram desenhadas como exercícios de desobediência epistêmica (GROSGOUEL, 2007), utilizando o confronto entre a iconografia oficial e a literatura de resistência.

Uma das ações pedagógicas focou na figura de Machado de Assis. Propôs-se aos estudantes uma investigação sobre o branqueamento histórico do autor, confrontando sua certidão de batismo com as imagens oficiais de livros didáticos que suavizam seus traços fenotípicos. O debate não se limitou à estética, mas à colonialidade do ser: por que um intelectual do país precisou ter sua negritude silenciada para ser aceito como universal? Ao lerem contos como Pai contra Mãe, os alunos perceberam que Machado não era um observador passivo, mas um crítico da engrenagem escravista.

Analisou-se também, o projeto literário de José de Alencar. A leitura de trechos de O Guarani e Iracema serviu para problematizar como o romantismo construiu um “índio fictício”: heroico, porém submisso e destinado ao desaparecimento para dar lugar à civilização europeizada. Em contrapartida, buscou-se na historiografia as resistências indígenas reais do século XIX na América Latina, como as revoltas andinas e as lutas territoriais em todo o território latino. Essa mediação pedagógica permitiu compreender o que Walsh (2009) define como a necessidade de uma interculturalidade que não apenas inclua o indígena como alegoria, mas que reconheça sua agenda política e seu direito à terra e à memória, rompendo com a visão folclórica, exótica e romântica que ainda satura o currículo escolar.

Em outro momento, ocorreu o estudo do quadro intitulado Independência ou Morte, de Pedro Américo. A prática pedagógica consistiu em olhar para as margens da moldura: onde estavam os negros, as mulheres e os povos originários naquele sete de setembro, às margens do Rio Ipiranga? Os estudantes identificaram que a figura do carroceiro marginalizado na tela representa a grande massa brasileira, excluída do projeto de poder monárquico. Como exercício de práxis emancipatória (FREIRE, 2004), a turma foi desafiada a realizar uma releitura visual da obra para a Exposição Cultural. Nesta nova versão, os estudantes inseriram figuras como Maria Quitéria e líderes quilombolas no centro da cena, deslocando o protagonismo de Pedro I. Essa atividade revelou-se potencializadora para o combate à desinformação histórica, pois demonstrou que a independência foi um processo multifacetado e disputado, e não um ato heroico isolado. A experiência confirmou que, ao reinterpretar o século XIX, o estudante deixa de ser um espectador da história alheia para se tornar um crítico da sua própria realidade colonial persistente.



Através da Lei de Terras de 1850 analisou-se a dimensão socioeconômica do século XIX. A prática pedagógica propôs um exercício de cartografia histórica, comparando a extinção do tráfico negreiro com a institucionalização da terra como mercadoria de compra e venda. Os estudantes discutiram como essa legislação impediu o acesso de populações negras e imigrantes pobres à propriedade, garantindo que o fim da escravidão não significasse a autonomia desses sujeitos. Sob o viés decolonial, a sequência didática permitiu identificar a gênese da concentração fundiária e das periferias urbanas no Brasil. Essa atividade materializou o compromisso ético-político do projeto, pois os discentes conectaram a legislação imperial à atual luta por moradia e territórios quilombolas e indígenas. Ao desnaturalizar a herança colonial da distribuição de terras, a prática fomentou uma consciência crítica sobre como o Estado brasileiro, no século XIX, moldou as hierarquias de poder que ainda estruturam a exclusão social contemporânea, transformando o estudo da história jurídica em um instrumento de leitura da realidade imediata do estudante.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação das sequências didáticas revelou que a introdução de autores(as) latino-americanos, negros e indígenas não foi apenas uma adição de conteúdo, mas uma ruptura propositiva no currículo eurocêntrico. Ao analisar o engajamento discente, percebeu-se que a teoria crítica, quando conectada à realidade do estudante, deixa de ser abstração para se tornar ferramenta de leitura do mundo.

Ao confrontarem a situação-limite do silenciamento histórico, os estudantes, por meio do contato com literaturas e historiografias decoloniais, passaram a reivindicar sua própria legitimidade enunciativa. Essa transição pedagógica consolidou um processo de alfabetização decolonial, capacitando o discente a decodificar as permanências da colonialidade nas narrativas contemporâneas e a se reconhecer como sujeito ativo e crítico na produção do conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida neste relato de experiência permitiu constatar que a inserção da decolonialidade no cotidiano da escola pública transcende a mera alteração de conteúdos bibliográficos; trata-se de uma refundação da postura ética e política do fazer pedagógico. As principais conclusões deste estudo apontam que, ao confrontar currículos eurocêntricos e



integrar vozes subalternas, a escola deixa de ser um espaço de reprodução da colonialidade do saber para se tornar um território de reexistência.

Retomando as premissas de Freire (2004), a experiência demonstrou que a educação dialógica é o motor da autonomia discente. Essa potencialidade emancipatória materializou-se no momento em que estudantes, antes silenciados por narrativas hegemônicas, passaram a ocupar a cena como produtores de cultura e saber. A exposição cultural não foi um evento isolado, mas a culminância de um processo que permitiu aos jovens decodificar as estruturas de poder que os atravessam. Conclui-se que a autonomia freiriana, quando articulada ao giro decolonial, mune o discente de ferramentas críticas para o enfrentamento das desinformações que corroem o tecido democrático, consolidando o que se buscou caracterizar como uma alfabetização decolonial.

A aplicação empírica deste trabalho reforça a tese de Walsh (2009) de que a interculturalidade não deve ser confundida com um multiculturalismo meramente decorativo ou tolerante. A prática pedagógica aqui sistematizada revelou que a interculturalidade é um projeto político e social que parte das lutas e das subjetividades dos estudantes da escola pública. Para a comunidade científica, este relato oferece uma evidência de que é possível desarticular as matrizes coloniais através de uma organização curricular que privilegie a legitimidade enunciativa dos sujeitos subalternizados. Projeta-se que este relato sirva de baliza para outras práticas que busquem a democratização do acesso a epistemologias historicamente apagadas.

A análise dos resultados, sob a lente de Grosfoguel (2007), evidencia que a decolonização do saber na escola exige um esforço contínuo para romper com a hierarquia epistêmica global. A experiência revelou que, embora o colonialismo administrativo tenha findado, a colonialidade do poder ainda dita quem pode falar e quais conhecimentos são validados. Portanto, a prospecção deste trabalho para futuras pesquisas reside na investigação de mecanismos que garantam a continuidade dessas práticas nas políticas educacionais, evitando que fiquem restritas a iniciativas docentes isoladas. É premente o diálogo sobre como as instituições podem absorver a diversidade não como tema transversal, mas como eixo estruturante das áreas do conhecimento.

Em última análise, reafirma-se que a práxis decolonial é um compromisso inalienável com o bem comum. A experiência demonstrou que a liberdade reside na horizontalidade de direitos e no reconhecimento de que cada estudante carrega consigo uma história e um saber legítimos. Ao garantir o local de fala e fomentar uma consciência crítica pautada na alteridade, o trabalho docente cumpre sua função social de catalisador de justiça social.



Conclui-se que educar, na contemporaneidade brasileira, exige a coragem de desaprender e reaprender, em uma busca incessante pela efetivação da cidadania plena e pela construção de uma sociedade efetivamente plural.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GROSGUÉL, Ramón. **La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global**. Tabula Rasa, Bogotá, n. 6, p. 11-35, jan./jun. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. In: VIAÑA, Jorge (org.). **Interculturalidad crítica y descolonización: fundamentos para el debate**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009. p. 75-96.

